



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Saúde

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Prontuário de servidora. Falta de atendimento da demanda. Recurso provido condicionalmente à existência das informações requeridas.

DECISÃO OGE/LAI nº 303/2018

1. Tratam os presentes autos de pedido à Secretaria da Saúde, número SIC em epígrafe, para acesso a dados e documentos que constam no assento funcional de servidora da Pasta, avó do solicitante.
2. Em resposta, o ente informou que o SIC não possui acesso aos dados solicitados, indicando consulta à unidade se encontram os documentos. Em recurso, o posicionamento foi mantido. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instado a complementar as informações, o ente informou que verificaria em meio a seus arquivos o prontuário da servidora, sem, contudo, ter enviado retorno à OGE até o presente momento.
4. Recorda-se que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública.
5. Deve-se consignar que tal direito reflete-se em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada.
6. Assim, imprescindível que a Secretaria da Saúde se manifeste quanto à específica demanda de informações suscitada, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes, ou atentando para a necessidade de explícita fundamentação na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista de alguma das restritivas circunstâncias legalmente previstas. No caso em tela, o acesso às informações requeridas parece estar assegurado pela Lei, não tendo





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

sido apresentado até o momento qualquer argumento com vistas a excepcionar o paradigma de transparência promovido pela legislação vigente.

7. Vale ainda dizer que o Serviço de Informações ao Cidadão da Secretaria da Saúde inicialmente orientou o interessado a buscar as informações junto à unidade que possuísse o documento requerido. No entanto, como diversas dessas unidades da Pasta não possuem SIC autônomo, a responsabilidade pelo atendimento dos pedidos de acesso, conforme a sistemática do Decreto nº 58.052/2012, é do SIC ao qual a unidade está vinculada. Assim, ao orientar o cidadão a solicitar as informações diretamente à unidade vinculada, o SIC tentou desvencilhar-se de tarefa que lhe é precípua, qual seja a intermediação entre o interessado e a unidade detentora da informação no âmbito da Pasta.
8. Nesse contexto, imprescindível que o SIC faça uso de suas atribuições no sentido de viabilizar o acesso do interessado aos documentos solicitados, ao menos em relação às unidades que não dispõem de serviço próprio de informações. A decisão quanto à melhor maneira de fazê-lo, por certo, cabe somente ao órgão, seja orientando as unidades a disponibilizar os documentos para consulta presencial, seja solicitando a remessa das informações ao SIC ou ainda por outro meio considerado adequado.
9. Deste modo, tendo em vista a falta de atendimento da demanda até o presente momento, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, desde que existentes e disponíveis os documentos solicitados e desde que não haja qualquer hipótese de restrição de acesso em meio a estes, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011 e artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se adotar, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
10. Publique-se no sistema eletrônico do SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, archive-se.

OGE, 20 de setembro de 2018.

MANUELLA RAMALHO
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

MKL